

**VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E O “PROJETO ESCOLA QUE PROTEGE
EM DOURADOS/MS”: PROCESSO CIVILIZADOR DO CORPO**

PENCO, Andréia¹

Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

andreiapenco@hotmail.com

GEBARA, Ademir²

Programa Professor Visitante Nacional Sênior – PVNS/CAPES - UFGD

ademirgebara@ufgd.edu.br

RESUMO: O “Projeto Escola Que Protege: Mobilizando Profissionais em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes” desenvolve-se na linha de pesquisa *História da Educação, Memória e Sociedade*. O motivo da origem deste estudo é o elevado número de casos de crianças violentadas sexualmente que chegavam e ainda chegam para atendimento no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, subordinado à Secretaria Municipal de Assistência Social. A equipe do CREAS propôs, junto ao Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Dourados/MS – COMCEX, estratégias para enfrentar a questão da violência sexual. O objetivo central é colocar a discussão da violência sexual infantil em um plano cultural não apenas jurídico. A abordagem da pesquisa será qualitativa, inicialmente com observação desprovida de roteiro; constituiremos um corpus documental a título de amostragem, permitindo desenvolvimento de técnicas de pesquisa, com a construção de roteiros de observação. A partir destas observações e discussão sobre problemas e possibilidades indicadas na amostra, serão elaboradas questões recolhendo dados contemplando diferentes atores e suas percepções. Serão analisados também registros documentais. Aventamos como hipótese inicial que a percepção da família sobre violência sexual é diferente daquela entendida pela legislação e pelos profissionais que atuam diretamente com a criança. É interessante trabalhar com diferentes percepções de violência sexual, neste sentido, a Teoria dos Processos Civilizadores de Norbert Elias, poderá se constituir em uma referência para a abordagem do tema. **Palavras – Chave: Corpo, Processo Civilizador e Violência Sexual.**

¹ Pedagoga, Pós-graduada em Nível de Especialização, em Metodologia do Ensino Superior Presencial pelo Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN. Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

² O Professor Dr. Ademir Gebara é graduado em História e Educação Física, pela PUC Campinas, mestre em História Social pela USP e Ph.D. em História Econômica pela LSE - Universidade de Londres. É professor aposentado da Unicamp e foi professor visitante do Centro de Educação da UFPE.

VIOLENCIA SEXUAL INFANTIL Y EL “PROYECTO ESCUELA QUE PROTEGE EN DOURADOS/MS”: PROCESO CIVILIZADOR DEL CUERPO

PENCO, Andréia²

Universidad Federal de la Gran Dourados - UFGD
andreiapenco@hotmail.com

GEBARA, Ademir²

Programa Profesor Visitante Nacional Sênior – PVNS/CAPES - UFGD
ademirgebara@ufgd.edu.br

RESUMEN: El “Proyecto Escuela que Protege: Movilizando Profesionales en Defensa de los Derechos de los Niños y Adolescentes” se desarrolla en la línea investigativa de Historia de la Educación, Memoria y Sociedad. El estudio se motivó debido al aumento de los casos de niños violados sexualmente que son atendidos en el Centro de Referencia Especializado de Asistencia Social – CREAS, vinculado a la Secretaría Municipal de Asistencia Social. El equipo del CREAS junto al Comité Municipal de Enfrentamiento a la Violencia y de Defensa de los Derechos Sexuales de Niños y Adolescentes de Dourados/MS – COMCEX, propuso estrategias para enfrentar el problema de la violencia sexual. El objetivo central es discutir acerca de la violencia sexual infantil en un plan cultural no solo jurídico. La investigación será cualitativa, primeramente con observaciones sin guión predefinido; construiremos un *corpus* documental para obtener muestras que permitan desarrollar técnicas investigativas mediante la construcción de guiones de observación. A partir de estas observaciones y discusión sobre los problemas y posibilidades indicadas en la muestra, se elaborarán cuestiones recogiendo datos contemplando diferentes actores y sus percepciones. Se analizarán también registros archivados. Postulamos como hipótesis inicial que la percepción de la familia acerca de la violencia sexual es diferente de la percepción de las leyes y de los profesionales que actúan directamente con los niños. Es interesante trabajar con distintas percepciones de violencia sexual, en este sentido, la Teoría de los Procesos Civilizadores de Norbert Elias, podrá constituirse en referencia para tratar del tema. Palabras clave: **Cuerpo, Proceso Civilizador y Violencia Sexual.**

INTRODUÇÃO

Em 2001, o Governo Federal cria o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, tornando-se conhecido como Programa Sentinela, atuando também no município de Dourados/Mato Grosso do Sul.

² Pedagoga, posgraduada en Nivel de Especialización, en Metodología de la Enseñanza Superior Presencial por el Centro Universitario de la Gran Dourados – UNIGRAN. Cursa la Maestría en Educación en el Programa de Posgrado de la Universidad Federal de la Gran Dourados – UFGD.

² El Profesor Dr. Ademir Gebara es graduado en Historia y Educação Física, por la PUC Campinas, magíster en Historia Social por la USP e Ph.D. en Historia Económica por la LSE - Universidade de Londres. Es profesor jubilado de la Unicamp y fue profesor visitante del Centro de Educación da UFPE.

Para implantação do Programa, seria necessária a criação do Comitê Municipal de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Dourados/MS - COMCEX. Diante de tal exigência, o COMCEX foi criado por meio do Decreto Municipal nº 563, de 23 de novembro de 2001.

No ano de 2007, foi implantado em Dourados, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, em substituição ao Programa Sentinela, com atendimentos especializados e continuados de assistência social às famílias e indivíduos; decorrentes de abandono, violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual, cumprimento de medidas sócio educativas, situação de rua ou trabalho infantil.

Levantamento realizado pelo CREAS, referente à violência apontou: o agressor, na maioria dos casos é da família; no entanto, mulheres também são registradas como agressoras, meninos e meninas, entre 7 a 14 anos, são as principais vítimas, embora, tenham sido registrados casos envolvendo crianças menores de 7 anos.

A equipe do CREAS junto ao COMCEX propôs diversas estratégias para enfrentar a questão da violência sexual, uma delas voltada especificamente à escola, surgindo em Dourados, o “Projeto Escola Que Protege: Mobilizando Profissionais em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes”.

A questão é colocar em discussão as múltiplas dimensões e percepções que a violência pode ter, neste caso mais especificamente tratar da violência sexual contra a criança. Os principais conceitos envolvendo a pesquisa são: violência, autocontrole e poder focados segundo a ótica da Teoria do Processo Civilizador, podendo, no caso da sexualidade estabelecer diálogo com Foucault. Constituirão, então, conceitos de aproximação: Relação de poder, violência sexual, interdependência, configurações.

Dependendo do direcionamento do material empírico, estas questões poderão ser redirecionadas, contudo com as amostragens já efetuadas, e tendo em vista as discussões com o orientador, tudo leva a crer que autocontrole, comportamentos e poder deverão centrar as discussões.

Nesse sentido, o projeto em estudo tem suas origens, pelo menos do ponto de vista institucional, nesta perspectiva, será embasada com pressuposto metodológico a pesquisa qualitativa, sendo que os dados coletados serão predominantemente descritivos por meio de observação inicial, não participante, livre, desprovida de roteiro,

proporemos conhecer como se dá o desenvolvimento da capacitação ministrada pelo COMCEX, na escola. Desta maneira constituiremos um corpus documental, a título de amostragem e prévio levantamento de fatos, permitindo melhor desenvolvimento de técnicas de pesquisa, com a construção de roteiros de observação, a qual tem como objetivo coletar dados que vão desde a exposição dos “formadores” até as questões e avaliações dos participantes, permitindo acesso aos fenômenos estudados.

Posteriori, a partir destas observações iniciais e da discussão dos problemas e possibilidades indicadas na amostra, serão elaboradas questões recolhendo dados contemplando diferentes atores e suas percepções. Serão analisados também registros documentais, sendo questionários, entrevistas e legislação. Essa amostragem será para refinar o instrumento de pesquisa.

Como um dos caminhos da pesquisa qualitativa será abordado o método tipo etnográfico com objetivo de entender a cultura, por ser similar à forma que os antropólogos faziam com o intuito de descrever costumes e tradições de um grupo humano.

Neste aspecto, a pesquisa terá a perspectiva interpretativa tentando compreender os dados a partir do ponto de vista das apresentações de capacitações ofertadas pelo COMCEX e os atores sociais envolvidos com a temática violência sexual.

O objetivo central do projeto é discutir o “Projeto Escola que Protege” no âmbito das iniciativas e experiências que ainda serão levadas a cabo propondo a abordagem da violência como um problema cultural decorrente das múltiplas interdependências e configurações que o fenômeno apresenta.

Tendo como objetivos específicos observar e conhecer como se dá o desenvolvimento da capacitação ministrada pelo COMCEX na escola; elaborar questões recolhendo dados, contemplando diferentes atores e suas percepções e colocar a discussão da violência sexual infantil em um plano cultural não apenas jurídico.

A princípio podemos dizer que a origem das violências está nas relações desiguais de poder, dominação de gênero, classe social e faixa etária, sob o ponto de vista histórico e cultural.

Admitimos inicialmente, ainda que como hipótese, que determinadas práticas sexuais poderiam ser entendidas como práticas normais, não violentas ou desrespeitosas, algo que, por exemplo, seria uma prerrogativa de um familiar interagir

sexualmente com uma criança, sua parente próxima. É interessante trabalhar aqui com diferentes percepções de violência sexual, neste sentido a Teria dos Processos Civilizadores de Norbert Elias, poderá se constituir em uma referência privilegiada para a abordagem do tema.

Para implementação do Projeto Escola que Protege pelo COMCEX, foi necessário contato com as escolas no sentido de aceitarem receber capacitação acerca da prevenção do abuso sexual infantil. A proposta do Projeto quanto aos seus objetivos específicos, é o acesso à informação sobre o tema abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; mostrar como funciona o trabalho realizado na rede sócio assistencial de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Um dos sujeitos pesquisado, Coordenador do COMCEX, assinala o porquê do aceite das escolas em participar da capacitação:

A direção e a Coordenação aceitaram sob a alegação de que a capacitação é extremamente relevante para a comunidade escolar, uma vez que o fenômeno da violência é cada vez mais crescente na Escola. Disseram que as informações repassadas pela capacitação auxiliam os profissionais a lidarem com mais segurança nos casos que envolvem violação de direitos de crianças e adolescentes.

Questionou-se o Coordenador do por que foi pensado o desenvolvimento do Projeto nas escolas e não em outra instituição? Obteve-se a seguinte resposta: “O projeto foi elaborado, inicialmente, para professores e funcionários da Educação, pelo fato de o COMCEX entender entre seus membros sobre a importância das informações nos esclarecimentos desses profissionais, uma vez que eles atuam diretamente com possíveis vítimas da violência sexual”.

Quanto às referências bibliográficas utilizadas, o projeto aponta três: FERRIANI; REIS RIBEIRO (2004), obra intitulada Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas á vitimização nas relações familiares, Cad. Saúde. Relatório Disque Direitos Humanos (2011), elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos, referindo-se aos registros de violência no ano 2011 (jan – mar), através do disque 100 e Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Embora traga tais referências, em nenhum momento conceitua violência ou violência sexual, ressalta apenas em sua introdução (p.1) “a categoria violência sexual está subdividida em outras subcategorias, como: exploração sexual; tráfico de criança e/ou adolescentes para fins de exploração sexual, pornografia e abuso sexual”.

A primeira observação ocorreu na Escola Municipal Arthur Campos Mello, iniciando às 19 horas com 28 pessoas. Na ocasião foram distribuídas Fichas de Inscrição caso mais interessados surgissem.

O objetivo do COMCEX com relação a esse Projeto é conversar com educadores, pais, funcionários no intuito de aprofundar conhecimento e tomar medidas preventivas sobre o abuso e a exploração sexual da população atendida pela escola onde ocorreu a capacitação.

Foram entregues aos participantes, cartilhas confeccionadas com recursos públicos, escritas de maneira didática para as escolas utilizarem como material pedagógico, contendo explicações gerais sobre abuso sexual e exploração sexual.

A palestra intitulada “O Olhar do Psicólogo ao Abuso e a Violência Sexual” seguiu com a fala da acadêmica do curso de Psicologia, da Faculdade Anhanguera, apresentando o perfil e atuação do abusador, não como regra, mas como maioria.

Falou também sobre ação preventiva, enfatizando a participação do educador: “O educador consegue identificar a partir do olhar diagnóstico, estabelecendo vínculo de confiança, possibilitando que o aluno se abra e demonstre o que aconteceu”.

A seguir, a capacitação foi realizada por uma Enfermeira, docente do curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS-Dourados. Mostrou os diversos tipos de violências praticadas contra as crianças e as justificativas mirabolantes dadas pelos (as) agressores (as).

Em sua fala apresentou algo reflexivo: “Existem as normativas de um país, devem ser cumpridas as leis. Entretanto, existe a cultura, às vezes não podemos invadir a casa das pessoas e ditar regras”. Terminada a explicação da enfermeira, foram distribuídas cópias da Ficha de Notificação/Investigação Individual de Violência, elaborada pelo Ministério da Saúde. Essa ficha serve para encaminhamento da criança ou adolescente ao Conselho Tutelar – CT e ao judiciário para outras providências.

A palestra seguinte foi de uma Assistente Social informando onde denunciar violências recebidas. Orientou os adultos a prestar atenção nos desenhos livres das

crianças, “elas, as crianças, muitas vezes, utiliza-os como canal de comunicação, expressando-se por eles”. Colocou sobre o papel da escola como canal de denúncia. “Os (as) professores (as) sabem como é o comportamento de cada aluno (a), a criança passa muito tempo com os (as) professores (as)”. “Por isso mesmo é imprescindível a comunicação entre os (as) professores (as) e os (as) alunos (as)”.

Ao final da reunião, pronunciou-se o Conselho Tutelar com trocas de experiências e relatos. Discutiu os conceitos errôneos que a sociedade tem a respeito do Conselho Tutelar e destacou algumas de suas atribuições.

A Coordenadora Pedagógica da escola, onde ocorria a palestra, mencionou as diversas trocas de parceiros ocorridas pelas mães. Pelo pouco espaço nas casas, os filhos observam todo o ato sexual e depois querem reproduzir a realidade, tendo a percepção de algo corriqueiro.

Finalizou-se a palestra, às 22 horas, com uma Avaliação do Treinamento. Posteriormente, o COMCEX elaborou um gráfico apontando resposta de apenas 20 pessoas em relação à Avaliação do Treinamento.

Utilizando dois depoimentos de profissionais pesquisados sobre as concepções de violência vejamos como se manifestaram o Promotor de Justiça da Infância e da Juventude e Assistente Social.

Perguntado ao Promotor qual sua concepção de violência e de violência sexual, obteve-se a seguinte resposta:

É uma ação que, com consciência e vontade, causa dano ou dor dirigida a outro ser humano ou ser vivo. É um comportamento que atinge a integridade física ou moral de outra pessoa.

A violência sexual é um comportamento abusivo contra uma pessoa, seja criança, adolescente ou adulto, que destoa da normalidade, atingindo e ofendendo a honra e os costumes, violando a sexualidade e a intimidade do ser humano, independente de sexo ou opção sexual. Pode ser derivada de coação ou intimidação e também pelo uso da força física, porém, no mais das vezes a violência não física é a que mais dói. A violência sexual contra o menor parte de adultos e adolescentes contra crianças ou de adultos contra adolescentes nas situações já mencionadas. (PROMOTOR DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE).

Em seguida, perguntou-se por que achava que a família, às vezes, enxerga determinado ato como não violência? Sua afirmação foi “Porque existem certos hábitos e costumes arraigados na sociedade e na família brasileira que impedem que se reconheçam certas atitudes como atos de violência, mesmo que o sejam”.

Foi perguntado ao Promotor se ele poderia dar algum exemplo do que antes não era considerada violência e hoje se vê como violência?

Existem muitos direitos fundamentais da pessoa humana que antigamente eram violados e não tinham uma conotação de violência. A violência contra a criança, aplicação de castigos severos e reprimendas corporais graves contra os filhos não são mais tolerados diante de uma leitura atenta da Constituição e das leis. Também, vislumbro que a violência contra a mulher era tolerada pela família e pela própria sociedade. Atualmente esses direitos humanos fundamentais são cada vez mais tutelados pela lei, porém, o problema é cultural, está na base da educação, ainda com ranço patriarcal e machista. (PROMOTOR DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE).

É importante compreender esse momento civilizatório que se vive, respeito pelas diferenças, possibilitando a flexibilidade de pensamentos. Desta forma, o depoimento da Assistente Social, fica registrado com a pergunta: o que você entende por violência? “Violência para nós, que somos trabalhadores do sistema de assistência social. [...] é um ato. É um ato de situações de ações e reações. [...] Até a autonegligência é um processo de violência”. Quanto a violência sexual expressou-se:

As pessoas acreditam que a violência sexual é só quando há o ato sexual em si. Homem, mulher, né, sexualmente, na penetração. E, não é assim, a violência sexual é o toque, passar a mão, já é caracterizado uma violência sexual, porque você está desrespeitando esse físico dessa pessoa, o físico não é violência física em si, porque violência física tem que deixar as marcas, mas o acariciar, é o passar próximo, é o pegar, esse gesto faz criar esse processo da violência sexual. [...] Ela não é apenas só o ato em si sexual, mas o tocar, o se aproximar, o convidar, o trocar, né. Olha, você faz isso que eu te dou isso (ASSISTENTE SOCIAL).

Cada ser humano tem suas dificuldades, necessidades, tem um grau de entendimento e um ritmo diferente. Neste aspecto procurou-se saber da profissional Assistente Social por que ela achava que a família, às vezes, enxerga aquele ato como não violência? O comentário segue da seguinte maneira:

Porque na história de vida dela, ela sofreu esse processo de violência. [...] os pais aceitaram esse momento, proporcionaram a continuidade desse processo e muitas vezes os pais estão naquele ciclo ali dentro com a criança vivendo na história de vida algo comum. [...] dentro da casa dela, muitas vezes ela não vai conseguir enxergar. (ASSISTENTE SOCIAL).

Com relação a segunda questão, o que antes não era considerado violência e hoje se vê como violência? A Assistente Social se manifesta:

A gente pode falar um pouco sobre a história da vida da gente. [...] Para mim era violência, mas para meus pais não era violência, para eles era uma forma de educar. [...] Para ele, a impositiva, sim senhor, não senhor, quem manda aqui sou eu, cala sua boca, fica quieta, né, isso para mim era uma forma de violência, mas para meus pais não. [...] No passado não era essa compreensão, não tinha essa compreensão, porque ele vivia dentro de um ciclo de quartel, lá, que era não senhor e queria reproduzir isso dentro de casa, e oprimia a gente, então a gente vivia num processo de opressão.

A história não é retilínea, os movimentos como mudança de comportamento são complexos. Diz Elias (2011, p.178), em todas as fases ocorrem flutuações, prossegue “o processo civilizador não segue uma linha reta”. [...] “Muitas coisas antes proibidas passaram a ser permitidas”, embora [...] “envolvendo alto grau de limitação automática e de transformação de emoções, condicionados para se tornarem hábitos”.

Na sociedade de flutuações, é esperado que o indivíduo tivesse autocontrole de seus impulsos. O controle da civilização dos impulsos sexuais não é cumprido pela força física direta, mas pelo autocontrole habitual, desde a tenra idade, pressão das instituições em geral, órgãos executivos da sociedade e pela própria família, perdendo prestígio ou posição social.

III REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995. – (Série Prática Pedagógica)16ª edição, 2009.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990)**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Senado Federal, 2010.

ELIAS, Norbert. **La Civilización de los padres y otros ensayos**. Traducción al castellano de Vera Weiler, profesora de La Universidad Nacional de Colombia, Grupo Editorial, 1980.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

10

_____. **Sobre os seres humanos e suas emoções:** um ensaio sob a perspectiva da sociologia dos processos. In: GEBARA, A.; WOUTERS, C. (Orgs.). *O controle das emoções*. João Pessoa: UFPB, 2009. 260p.

_____. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. Tradução Ruy Jungmann, revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. Vol.1. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FLICK, Uwe. **Introducción a la investigación cualitativa.** Traducción de Tomás Del Amo. Fundación Paideia Galiza. Ediciones Morata, S.L, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 4ª edição revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2006.

Pesquisa em Educação: **Abordagens Qualitativas.** Menga Ludke e Marli E. D. A. André. Disponível em: < <http://www.lite.fae.unicamp.br/papet/2003/ep145/pesq.htm>>. Acesso em 01 de set. 2012.